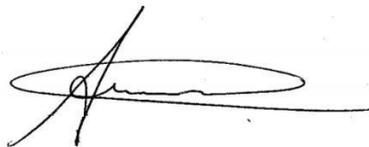


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**



**ANNA LÍRIA SANSALONI BARBOSA**

**ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E  
TRANSGENERIDADE: UM ESTUDO DE CASO**



**Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa**

**São Carlos**

**2023**

**ANNA LÍRIA SANSALONI BARBOSA**

**ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E TRANSGENERIDADE:**

**UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, como requisito obrigatório para a obtenção de bacharel em Psicologia.

**Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa**

**São Carlos**

**2023**

## Resumo

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano frequentemente negligenciada, sendo esta população pouco ouvida com relação às suas próprias questões e tratada através da perspectiva do adulto. Esse contexto se agrava para a população adolescente trans, que sofre estigmas adicionais em diversas esferas sociais. Entende-se, nesta pesquisa, que a adolescência e o gênero são construções sociais, mediadas, sobretudo, por grupos sociais dos quais o sujeito participa ativamente. Além disso, parte-se da hipótese que o engajamento em atos infracionais pode servir como forma de empoderamento e resiliência para fortalecimento identitário desta população. Com base nestes argumentos, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o contexto de vida de um adolescente trans em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Para tanto, foi conduzida uma investigação empírica, no formato de um estudo de caso único. A coleta de dados ocorreu por intermédio da inserção ecológica e de uma entrevista semiestruturada que versava sobre temas como: identidade, relacionamentos interpessoais, ato infracional e formas de manutenção de poder. Os dados foram analisados a partir da técnica de Análise Temática. Os resultados revelaram características gerais do adolescente, incluindo como se deu sua inserção no tráfico de drogas. Contatou-se que o participante nutre uma visão positiva de si próprio, apesar de necessitar da confirmação de terceiros sobre seus atributos e potencialidades. Identificou-se relacionamentos interpessoais importantes para o adolescente, cujas pessoas parecem ocupar um papel de tutores de resiliência, especialmente por ofertarem suporte social e encorajarem o adolescente. A pesquisa revelou que o adolescente sentia processos discriminatórios no tráfico de drogas por ser um menino trans. Os principais achados desta pesquisa possibilitaram o delineamento de novas questões investigativas, bem como pode servir de apoio a profissionais que atendem adolescentes trans em programas de medidas socioeducativas

**Palavras-chave:** Adolescência; Identidade; Transgeneridade; Ato infracional

## **1. Introdução**

### **1.1 Adolescência: Notas Introdutórias**

A Psicologia Clássica, ao se debruçar na compreensão do conceito de adolescência, apresenta uma tendência a reproduzir uma concepção do adolescente de forma naturalizada e universalizada (Ozella, 2003; Bock & Liebesny, 2003; Luckov & Cordeiro, 2017), como se ela existisse de forma uníssima, independentemente da cultura. Isso significa que a adolescência é vista, por diversos profissionais, como uma simples transição entre a infância e a idade adulta (Luckov & Cordeiro, 2017), a partir de uma perspectiva liberal do homem<sup>1</sup> (Ozella, 2003). Por não considerar as dimensões específicas do contexto em que o adolescente está inserido, tais perspectivas adotam a ideia de que a adolescência é similar para todos os indivíduos. Esta concepção produz, em última instância, estereótipos e estigmas danosos aos adolescentes (Ozella, 2002), que passam a ser rotulados como problemáticos, imaturos e rebeldes.

Alguns dos estigmas produzidos por esta concepção naturalizada da adolescência incluem uma noção de que ela tem características próprias, como agressividade, impulsividade ou inconformismo (Ozella, 2003). Muitos autores tendem a reforçar essa visão negativa, referindo-se à adolescência como um sinônimo de incompletude, imaturidade ou um processo inacabado, — reafirmando um entendimento de uma fase meramente transitória (Bock & Liebesny, 2003). Devido a essa suposta característica de momentaneidade, a adolescência é uma etapa do desenvolvimento que tende a ser negligenciada, tratada como

---

<sup>1</sup> Entende-se a visão liberal do homem discutida por Ozella (2003), que considera que o homem tem uma natureza inata, que tem liberdade e potencialidades naturais. Tal perspectiva trata a sociedade como um fator externo e independente ao homem.

uma preparação para outro momento da vida de maior importância (Bock & Liebesny, 2003; Luckov & Cordeiro, 2017).

Contrariando essas prerrogativas, o presente estudo é desenvolvido a partir de uma perspectiva histórico-cultural do adolescente, que considera, de maneira enfática, as dimensões sociais que produzem diferentes formas de adolescência (Ozella, 2003). Em outras palavras, a adolescência será tratada, nesta pesquisa, como uma etapa de desenvolvimento elaborada historicamente e que recebe diferentes significados a partir da cultura e do tempo (Ozella, 2002), o que significa que a adolescência é marcada não por aspectos naturais, mas fundamentalmente sociais (Rocha, 2002). A partir disso, será considerado que a adolescência é uma etapa do ciclo de desenvolvimento importante para compreender a construção social da identidade do indivíduo (Ozella, 2003; Bock & Liebesny, 2003; Rezende, Neto & Rodrigues, 2018).

## **1.2 O Mito de Pares e a Pluralidade da(s) Adolescência(s)**

Existem diversos estudos acerca da identidade na adolescência que são, majoritariamente, desenvolvidos a partir da perspectiva de pais, professores e profissionais. Em outras palavras, trata-se de um tema que é comumente tratado a partir de populações ou segmentos que não são constituídos pelos próprios adolescentes (Ungar, 2000). Nesse sentido, o entendimento sobre a identidade e adolescência é definido a partir de uma narrativa construída por outros agentes e não pelos próprios adolescentes (McAdams, 1995). Assim sendo, entende-se essencial que estudos empíricos sobre o tema oportunizem os próprios adolescentes a discorrerem sobre si mesmos, evitando estigmas e rótulos socialmente construídos (Ungar, 2004).

Ungar (2000) considera a participação em grupos de pares como crucial para a construção da identidade do adolescente (e até para a identidade coletiva), de forma que os grupos sociais dos quais o adolescente é membro são essenciais para estabelecer sua função e participação na esfera social. Os pares, de acordo com Ungar (2000), fortalecem a participação social e possibilitam aquisição de poder e status social na afirmação da identidade individual e coletiva (Ungar, 2000). Ou seja, nessa abordagem, os grupos sociais que o adolescente participa têm o potencial de funcionarem como indicadores de proteção contra o contexto social hostil em que adolescentes estão inseridos (Bromley, 1933 *apud* Barry, 2006). Assim, considerando que o empoderamento do indivíduo é um fator resultante de uma participação e engajamento em grupos sociais, é importante compreendê-la para dimensionar a construção social da identidade dos adolescentes. Ungar (2000), em seu artigo intitulado “*The myth of peer pressure*” (Ungar, 2000) descreve três estágios de desenvolvimento que estariam, em maior ou menor escala, associadas à temática da construção social da identidade na adolescência.

Durante o primeiro estágio, o adolescente se encontra em um contexto escasso de rótulos, o que limita suas escolhas de papéis sociais. Assim, ele desempenha poucos papéis, que são fortalecidos pelo grupo de pares a que pertence e a sua identidade é caracterizada por tal limitação. Um exemplo citado por Ungar (2000) é o de adolescentes que foram rotulados “problemáticos” (em conflito com a lei) que são vistos como propensos a engajar em situações conflituosas; ou o de jovens com ideação suicida que não têm estratégias de *coping* para lidar com as adversidades.

O segundo estágio é nomeado por Ungar (2000) como “camaleão”, sendo correspondente a um período em que o adolescente acessa múltiplas possibilidades e experimenta várias delas, conseguindo alterar sua participação social conforme o grupo no

qual estiver inserido momentaneamente. Nesse estágio, pode-se observar a expressão de identidades variadas, comumente encontrada na adolescência, em que os adolescentes podem se expressar através de fatores culturais múltiplos e concorrentes (Ungar, 2004). Esse estágio é identificado, segundo o autor, em adolescentes que apresentam, por exemplo, uma postura confiante em situações de liderança, mas demonstram muita timidez em ambientes familiares; ou que têm bom desempenho escolar, mas se comportam de forma antissocial quando estão em outro contexto.

O terceiro estágio é um momento de escolha dos grupos que apresentem maior aceitação e fortaleçam as identidades que foram mais eficientes para o adolescente (Ungar, 2000). Para exemplificar, o autor apresenta o caso de Melissa, uma jovem de 15 anos, com oportunidade de exercer diversos papéis sociais, que escolheu se afastar do ambiente familiar em que se espera que ela seja uma figura materna e optou por frequentar ambientes em que ela tem maior autonomia sobre sua identidade.

Ungar (2004) também explicou que a identidade, conforme é constituída, não só provê poder social ao indivíduo, como um indivíduo empoderado reflete a construção e empodera o próprio meio social. Isso também é apresentado no estudo de Brown e Lohr (1987), em que se constatou que a autoestima dos adolescentes é altamente influenciada pela posição do indivíduo em seu grupo social, acrescida da importância de tal grupo em relação ao contexto macro em que está inserido. Observa-se, portanto, uma reafirmação da discussão de Ungar (2000), ao defender a relevância do poder ou status adquiridos pelo adolescente em sua participação de um grupo social que reforce sua própria construção identitária.

Assim, percebe-se a grande importância da inserção do adolescente em grupos sociais durante seu desenvolvimento identitário. Pombeni, Kirchler e Palmonari (1990) indicam que ser membro de um grupo é um fator necessário para o crescimento do adolescente, visto que o

mesmo passa a ter um ambiente com possibilidades de compartilhar pensamentos e sentimentos, ou mesmo experiências, algo que pode ter um impacto positivo na constituição identitária. Através desse processo, adolescentes relataram participar de grupos que fortalecem as noções de si mesmos e da realidade que os cercam, permanecendo em grupos que condizem com os próprios interesses (Ungar, 2000), o que corrobora para a constituição subjetiva e da identidade.

Como indicado acima, na perspectiva de Ungar (2000), as interações sociais dos adolescentes são estabelecidas a partir de escolhas e decisões que se associam com a exploração e definição da própria identidade. Isso contradiz o argumento de que os jovens sofram pressão de pares<sup>2</sup> e se modelam a partir delas. Ungar (2000) enfaticamente defende que a pressão de pares é um mito<sup>3</sup>, uma vez que não se trata de um fenômeno unilateral e coercitivo em que o adolescente não tenha participação ativa na relação que estabelece com os pares (Michell & West, 1996). Bauman e Ennett (1996) explicam que, enquanto muitas pessoas atribuem comportamentos socialmente mal quistos à influência dos pares, o envolvimento em grupos e nos comportamentos mencionados tem se mostrado mais influenciado por fatores de seleção de pares e projeção<sup>4</sup>.

Ungar (2000) salienta que a pressão de pares implica que um grupo social demande conformidade, porém, em seus estudos, averiguou que os adolescentes tinham grupos diversos, compostos por parcelas de conformidade e não-conformidade cultural em seus núcleos (ou seja, os jovens explicaram que cada indivíduo do grupo podia agir, se vestir e se comportar de maneira distinta e não existia uma ‘norma’ ao grupo, mas sim semelhanças).

---

<sup>2</sup> Pressão de pares é definida como a força, no sentido da coação, feita por colegas para que o indivíduo faça algo que não queira pessoalmente (Clasen & Brown, 1985) ou que deixaria de fazer na ausência dessa pressão.

<sup>3</sup> Ungar (2000) apresenta mitos a partir da perspectiva de Berger & Luckmann (1966), Eagleton (1983) e Maturana e Varela (1987), que indicam que mitos são fatores que modelam e organizam pensamentos e experiências de forma conveniente.

<sup>4</sup> Segundo Bauman & Ennett, os jovens escolhem o grupo cientes dos comportamentos e das características sociais deste e creem que exista conformidade no grupo por projetarem seus próprios comportamentos em seus pares (acreditam que os pares ajam da mesma maneira que eles próprios).

Assim, as relações interpessoais estabelecidas por adolescentes, que caracterizaria uma suposta pressão de pares, não são um sinônimo de alienação e assujeitamento (Brown & Lohr, 1987), especialmente ao considerar que adolescentes são socialmente competentes (Michell & West, 1996).

### **1.3 Adolescência, Ato infracional e Transgeneridade**

O ato infracional é, segundo o 103º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (2005), uma conduta “descrita como crime ou contravenção penal”, sendo que, se o adolescente tiver menos de 18 anos ele é penalmente inimputável. De acordo com Barry (2006), o ato infracional (“*offending behavior*”, no inglês) refere-se a comportamentos e condutas praticadas por adolescentes e que justifiquem uma ação legal contra os indivíduos que as praticam. Todavia, a imagem do ato infracional é bastante distorcida e causa controvérsia quando se trata de causas e responsabilidades sobre sua ocorrência.

Alguns estudos mostram, com bastante ênfase, as relações entre o ato e a situação de desigualdade social, uma vez que a população composta por adolescentes sofre como uma minoria social, com acesso reduzido a políticas sociais do Estado (Silva & Oliveira, 2015) e torna-se vulnerável à exploração, discriminação e invisibilização (Barry, 2006). Entretanto, ainda é perceptível a cultura de individualizar este problema, responsabilizando exclusivamente os próprios adolescentes ou suas famílias, de forma a abster o Estado de seu papel no enfrentamento do fenômeno (Pessoa, 2015).

Monica Barry (2006) explica que ao fim do século XX, no Reino Unido, as políticas interventivas direcionadas a adolescentes infratores deixaram de apenas reagir às infrações que ocorriam e passaram a se antecipar, de forma que o conceito de infração englobou o

potencial para cometê-las. Mas ainda são escassas as ações preventivas nesse campo, prevalecendo intervenções tardias. Para justificar tal padrão no tratamento da adolescência, nomeadamente marcada pela punição, Barry (2006) traz a discussão sobre as visões de inocência cercando a infância, as quais se transformam conforme o indivíduo cresce e os jovens passam a ser vistos a partir de seu potencial para comportamentos inadequados e antissociais, que precisam ser constantemente controlados e observados (Pessoa, 2015). Essa perspectiva negativista cercando a adolescência origina-se da falta de entendimento dos adultos sobre as particularidades vivenciadas por este grupo (Barry, 2006) e aumenta as violências às quais esta população está exposta (Pessoa, 2015).

A percepção acima mencionada sobre a adolescência, associada à crença de punição como meio eficiente de “correção” do adolescente, bem como a perda de confiança no sistema de justiça brasileiro, geram movimentos que priorizam a defesa de ações caracterizadas pelas punições ao invés de considerar a garantia dos direitos dos adolescentes (Silva & Oliveira, 2015). No Brasil, tais iniciativas têm se desdobrado, por exemplo, na retomada de discussões acerca de Propostas de Emenda Constitucionais que visam reduzir a maioria penal, que visam criminalizar a adolescência (PEC 171/1993), o que ilustra a intolerância social com adolescentes e a busca constante pela criminalização, sobretudo da adolescência negra, pobre e periférica (Rosa, Pessoa & Alberto, 2020).

Considerando as reflexões acima, é explícito que os adolescentes sem proteção efetiva de políticas públicas e sem garantia de seus direitos básicos são mais frequentemente vítimas de violência do que autores de ato infracional (Silva & Oliveira, 2015). O enfrentamento a este contexto requer, entre outras medidas, uma alteração cultural que suprima os rótulos negativos à adolescência (como “improdutivo”, “problemático”, etc.), pois tais prerrogativas contribuem com sua vitimização, criminalização e exclusão social (Pessoa, 2015).

É importante compreender as motivações e a função do ato infracional no desenvolvimento dos adolescentes. Michael e Ben-Zur (2007) apresentam, em seu estudo, que o comportamento de risco de jovens é visto como uma forma de regular emoções e afeto, procurando eliminar ou lidar com sentimentos negativos (Caffray & Schneider, 2000 *apud* Michael & Ben-Zur, 2007). Neste mesmo sentido, um estudo escocês, mencionado por Barry (2006), explica que a maioria dos jovens participantes que cometeram infrações antes dos 15 anos de idade o fizeram como reação a traumas passados ou procura de reconhecimento, encorajamento e participação social em algum nível. Essas reações são exemplos de como a desvantagem social dos adolescentes (como falta de recursos e oportunidades, bem como apoio das instituições sociais) influencia para o desenvolvimento de comportamentos supostamente desadaptativos ou antissociais (Pessoa, 2015; Tomry, 2006 *apud* Silva & Oliveira, 2015). Todavia, de acordo com Pessoa (2015), o engajamento no ato infracional pode representar a única estratégia encontrada por adolescentes para assegurar o desenvolvimento social e psicológico, e a associação aos pares [durante o ato infracional] pode, em alguma medida, se relacionar com o desenvolvimento identitário na adolescência.

Monica Barry (2006) reitera essa perspectiva, pois entende que o ato infracional pode ser uma estratégia de desenvolvimento identitário na medida em possibilita aquisição de um status social e reconhecimento dos pares, bem como disponibiliza ao indivíduo oportunidades mais variadas de funções e papéis sociais para exercer. Essa noção abre o espaço para compreender o ato infracional como uma alternativa para extração de recursos (materiais e subjetivos) necessária ao desenvolvimento de adolescentes, sobretudo àqueles provenientes de contextos de exclusão social (Pessoa, 2015).

Se o ato infracional pode ocupar um papel importante no desenvolvimento social e psicológicos dos adolescentes, inclusive nos processos de resiliência (Pessoa, 2015), é

possível que essas funções sejam ainda mais relevantes no contexto de jovens trans<sup>5</sup>. A maior parte das pessoas trans percebem sua identidade de gênero desde a infância, mas ainda assim enfrentam adversidades e opressões sociais em diversos espaços sociais (Jesus, 2013 *apud* Nascimento, 2019). Nesse sentido, pode-se afirmar que as violências contra esses grupos são potencializadas, os estigmas reforçados e punições sistêmicas recaem sobre essa população (Fraga & Rosa, 2017).

Especialmente se tratando do ato infracional como meio de busca de recursos diversos, adolescentes trans podem enfrentar mais dificuldades frente ao preconceito que pode surgir no âmbito familiar, o que pode deixar uma parcela dessa população sem moradia fixa ou em situação de rua, tornando-os mais vulneráveis (Seibel et al, 2018 *apud* Nascimento, 2019). Um estudo brasileiro, citado por Nascimento (2019), indicou que, de 421 pessoas trans entrevistadas, apenas 20,43% obtiveram apoio familiar. Além disso, 40% revelaram ter se afastado da família devido à reação que tiveram ao descobrir sua identidade (Seibel et al, 2018). Assim, é frequente que pessoas trans – mais especificamente mulheres trans ou travestis – recorram à prostituição, drogadição e, no caso de adolescentes, aos atos infracionais como forma de obtenção de recursos (Nicácio & Vidal, 2016; Fraga & Rosa, 2017).

Logo, sabendo que o olhar sistêmico que se tem sobre os adolescentes é punitivo e violento, conforme supracitado, e que este torna-se mais opressivo conforme a interseccionalidade com outras minorias sociais, crianças e adolescentes trans sofrem opressões pelos estereótipos de gênero, estigmatização e repressão pela fuga às imposições sociais, gerando isolamento que age severamente sobre o desenvolvimento do sujeito (Barros,

---

<sup>5</sup> No presente estudo, há preferência pelos termos trans e transgeneridade, ao invés de transexualidade, como termos mais abrangente para todas as pessoas trans, incluindo travestis, transexuais, transgêneros e quaisquer outras manifestações de não-cisgeneridade conforme apresentado em “Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual” (Barbosa, 2010).

2018), pois percebe-se redes de apoio frágeis sob a influência da transfobia (Silva & Cerqueira-Santos, 2014 *apud* Nascimento, 2019).

Com isso, é importante retomar o que foi expresso no início desse projeto: a adolescência não é um processo universal e, conforme cultura e contexto (Ozella, 2003), são alteradas as condições que influenciam o desenvolvimento identitário dos adolescentes. Isso abre margem para a compreensão do ato infracional para além do viés patológico; levanta-se, portanto, como hipótese investigativa que, em alguns casos, o ato infracional e o engajamento com pares nestes contextos podem se associar diretamente com o tema da construção identitária (Pessoa, 2015; Silva & Oliveira, 2015). Todavia, permanece ainda pouco explorado o fenômeno de como se dá um envolvimento de adolescentes trans no ato infracional e suas repercussões psicossociais.

## **2. Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa foi, por intermédio de um estudo de caso, analisar o contexto de vida de um adolescente trans que cumpria medida socioeducativa em meio aberto.

## **3. Objetivos Específicos**

- Caracterizar dados gerais, associados à dimensão sociodemográfica, do participante;
- Verificar a percepção do adolescente sobre si mesmos e sobre os relacionamentos interpessoais que possui;
- Analisar a inserção do adolescente no ato infracional, mais especificamente no contexto de tráfico de drogas.

## **4. Método**

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com delineamento transversal conduzido a partir de um estudo de caso único (Yin, 2011). Estudos de caso único são recomendados quando são inexistentes ou escassas investigações prévias com determinados indivíduos. Optou, portanto, por esta abordagem investigativa justamente por se constatar a incipiência de trabalhos científicos que se debruçaram sobre a intersecção de temas como transgeneridade e ato infracional na adolescência.

### **4.1 Instituição e Participante**

A pesquisa de campo ocorreu em uma instituição que oferta medidas socioeducativas em meio aberto, que desenvolve atividades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como oficinas de qualificação profissional para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou que cometeram ato infracional. A instituição atua em conjunto com a rede de atendimento do município em suas diversas atividades e mantém suas ações através da formação continuada de educadores.

A pesquisa foi realizada com um adolescente de 15 anos de idade e que se envolveu em ato infracional, mais especificamente no tráfico de drogas. Além disso, como critério de inclusão, ele apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por seus responsáveis legais, bem como o Termo de Assentimento, assinado pelo próprio adolescente.

### **4.2 Instrumentos**

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com o objetivo de averiguar a perspectiva do adolescente em torno de sua própria adolescência, a saúde mental, seus relacionamentos, competências, *coping* e formas de manutenção de poder e estratégias de

desenvolvimento alcançadas por meio do engajamento no ato infracional (roteiro de entrevista baseado em Ungar, 2000). O Roteiro de questões pode ser visualizado no Anexo A.

Cabe destacar que a pesquisadora, antes de realizar a entrevista, realizou a inserção ecológica, que consiste em um recurso de aproximação progressiva dos possíveis participantes da pesquisa. Frequentou, regularmente, atividades ofertadas na instituição e teve a oportunidade de interagir com os adolescentes e profissionais durante os atendimentos e oficinas. Essa estratégia foi fundamental para o estabelecimento de vínculos e confiança com o adolescente que participou do estudo.

### **4.3 Procedimentos**

A pesquisadora, com auxílio e permissão da instituição envolvida, teve, inicialmente, um contato com a população alvo que frequenta a instituição (durante os grupos e oficinas, por exemplo) para conhecer o participante e estabelecer um vínculo que pudesse garantir a participação e o conforto do indivíduo durante a pesquisa.

Em seguida, o adolescente foi convidado pela pesquisadora a participar da entrevista. Após demonstrar interesse, foi solicitado que apresentasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por seus responsáveis e que atesta concordância com a participação dos adolescentes no estudo. Após o recolhimento da autorização e documentos éticos (TCLE e TALE) foi agendada a entrevista, que foi realizada em um ambiente controlado e conveniente para o sujeito (ambiente seguro, acolhedor e que garantia o sigilo das informações). A entrevista durou cerca de 45 minutos e foi gravada em áudio, com o consentimento do participante. A entrevista foi, então, transcrita, com os identificadores do adolescente removidos. Como as transcrições podem conter respostas que identifiquem o sujeito, os dados foram armazenados em um arquivo criptografado acessível apenas à pesquisadora e seu

orientador. Após a realização da gravação e transcrição, os dados foram analisados tematicamente. Os resultados não identificáveis da pesquisa serão publicados em eventos científicos da área da psicologia.

#### **4.4 Análise de dados**

Foi realizada a Análise Temática (AT) (Boyatzis, 1998; Braun & Clarke, 2006; Guest, MacQueen & Namey, 2012) dos dados coletados a partir das entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. A Análise Temática é um meio de produzir descrições extensas e detalhadas – como ocorre em entrevistas – de temas emergentes através de um processo de codificação e sistematização de dados (Liebenberg, Jamal & Ikeda, 2020). Essa estratégia de análise de dados inclui algumas etapas: i) a familiarização com os dados, gerando códigos iniciais, que são mais frequentemente apresentados no banco de dados; ii) a identificação de temas em que os códigos podem ser categorizados; iii) a análise dessas categorias para compreender e explicar o significado e a dinâmica dos temas tratados, mantendo o rigor através da categorização prévia dos códigos (Liebenberg, Jamal & Ikeda, 2020).

#### **5. Questões éticas**

O presente projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, através das resoluções 510/2016. Os responsáveis pelo adolescente assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o adolescente convidado a participar assinou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Ambos os documentos trouxeram informações sobre a pesquisa e os procedimentos adotados para a coleta de dados, bem como estava expresso que a participação foi totalmente voluntária, sendo que o

participante poderia não responder a qualquer pergunta e interromper sua participação a qualquer momento da pesquisa, sem que houvesse prejuízos.

Este projeto apresentou riscos mínimos aos participantes (Brasil, 2016). A entrevista realizada na coleta de dados poderia provocar cansaço, desconforto ou evocar conteúdos afetivos e emocionais ao participante, que podem estar associados a sentimentos ou lembranças desagradáveis, sobretudo em função das experiências do envolvimento no ato infracional. Caso necessário, a equipe de pesquisadores encaminharia o participante a serviços especializados, de modo que a pesquisa não trouxesse malefícios ao mesmo. O participante não teve retornos ou benefícios diretos, tampouco foi pago pelo envolvimento no estudo. Indiretamente, esta pesquisa beneficia o campo da psicologia, ao investigar e discutir a experiência de pessoas trans no contexto infracional, o que potencialmente contribuirá para a formulação de uma base de conhecimento que pode servir como um modelo para lidar com temas ainda pouco explorados na literatura especializada.

Por fim, todos os dados produzidos durante as coletas de dados foram armazenados em equipamento particular da pesquisadora e orientador, e serão descartados após cinco anos. Cabe salientar que o nome do participante não será divulgado em hipótese alguma e serão tomados os devidos cuidados para que o mesmo não seja identificado. Assim sendo, no presente estudo, nos relatórios e futuras publicações serão empregados nomes fictícios, tanto do adolescente quanto de pessoas mencionados por ele no trabalho de campo.

## **6. Resultados**

*Dados gerais do participante:* Matheus é um adolescente transgênero, de 15 anos de idade (durante a coleta). Durante sua infância, participou de atividades de um programa desenvolvido segundo os eixos de Convivência e Participação onde eram oferecidas oficinas

socioeducativas, cultura, esporte, lazer, formação humana e cidadania. Atualmente, Matheus cumpre medidas socioeducativas no contraturno de sua atividade escolar, em um programa que oferta ações de semiliberdade e liberdade assistida para adolescentes que cometeram atos infracionais. O programa inclui o grupo de artes, de esportes e também faz uso da academia, acompanhado do profissional responsável. É um jovem muito ativo que relatou gostar de esportes distintos, festas e, segundo ele, é uma pessoa que *“que gosta muito de sair, de se divertir, de conhecer pessoas novas, lugares novos, gosta muito de aprender sobre [...] tudo que tenha relacionado a vida”*. Desde o início da coleta, Matheus relatou que quer buscar um emprego e distintos cursos para melhorar seu currículo e ter a oportunidade de ter uma vida melhor, e, por isso, estava ansioso por seu aniversário de 16 anos, quando poderia começar a trabalhar.

**Perspectiva de si:** Matheus também disse ser uma pessoa com uma autodescrição extensa e detalhada e elaborou quem é partindo de seu nome: *“Ah... Eu me defino como Matheus... O Matheus”*. Ele explicou que ele se imagina como “Matheus” desde criança.

Se descreveu como uma pessoa muito aberta a conhecer coisas novas e aprender ou cometer erros. Contou, também, que é uma pessoa persistente e esperançosa, que sempre busca ver suas experiências de maneira positiva. Matheus disse que por ser o “Matheus”, ele *“não é pro crime”*. Ele ainda se descreveu como alguém que não guarda rancor, que gosta de conversar e, às vezes, é extrovertido. Se afirmou brincalhão e, ao mesmo tempo, quieto, como alguém que sabe conversar muito, mas também sabe ouvir.

Enquanto falava de si, Matheus apresentou uma visão muito ambígua, frequentemente afirmando e negando as características que descrevia. Comentou, por exemplo, que é alguém que *“ama muito ao mesmo tempo que não ama”*. Matheus disse ser muito complexo e complementou afirmando ser *“sistemático, neurótico, psicótico, às vezes um pouco psicopata”*.

Matheus relatou que ser o “Matheus” significa ter “*lados bons*” mas ser, também, inseguro e ter medo de demonstrar suas características. Ele elaborou bastante sobre ter dificuldades em demonstrar quem é e, durante a entrevista, buscou confirmações sobre a identidade que ele apresentou durante a inserção ecológica da pesquisadora. Fazia perguntas para a pesquisadora, conferindo se ela concordava com o que ele trazia. Matheus disse que quer saber transmitir quem realmente é para as pessoas ao seu redor.

***Relacionamentos interpessoais e tutores de resiliência:*** Matheus descreveu que sua família é composta por sua mãe e três irmãos – um mais novo e dois mais velhos –, sendo o pai ausente. O adolescente explicou que a mãe se esforçou muito para cuidar dos filhos, protegendo-os do pai violento, priorizando a alimentação das crianças acima da sua própria e lidando com as dificuldades que os filhos apresentavam. Relatou que o irmão mais velho está em privação de liberdade no sistema prisional e é dependente de substância psicoativa. Ocasionalmente “*chegava na abstinência em casa e ficava estressado, tipo ele ficava ‘loucão’ porque estava na abstinência ou até mesmo ele chegava ‘loucão’ de drogas*”. Apesar de expressar essa relação positiva com a mãe, Matheus acredita que ela possa vê-lo como um monstro devido à postura que ele apresentava quando ele e a mãe se desentendiam e o menino sentia necessidade de se defender. Mesmo assim, durante a coleta de dados, Matheus falou com uma das profissionais da instituição sobre como estava feliz de ter a mãe satisfeita com seu bom desempenho na medida socioeducativa.

Com relação aos irmãos, Matheus não falou muito sobre o primogênito, sendo o relato supracitado o único que apresentou, tampouco comentou sobre o caçula. Em contrapartida, discorreu bastante sobre sua relação com Davi – o segundo filho. Matheus expressa que Davi é seu melhor amigo, pois passaram por muitas coisas juntos e acredita que Davi o vê como “[uma pessoa] *‘daora’*, *é um moleque de bom coração*”.

Apesar do relato positivo acima, Matheus também explicou que há uma relação paradoxal com o irmão, de forma que não gosta dele em certos momentos. Isso foi observável durante a inserção ecológica quando um dos profissionais relatou que Matheus e Davi tiveram um desentendimento após uma festa, e Matheus voltou para casa alterado por uso de substâncias. O desentendimento se estendeu à agressão física entre os irmãos. Após esse evento, Matheus passou alguns dias menos comunicativo durante as atividades no programa de medidas socioeducativas.

Fora do ambiente familiar, Matheus citou os nomes de diversos profissionais que participaram de seu desenvolvimento durante sua inserção no programa socioeducativo de sua infância, mas esclareceu que perdeu contato com eles, apesar da importância que tiveram durante sua trajetória. Além disso, falou sobre alguns amigos atuais e pareceu oscilar entre afirmar a existência de diversos grupos de amizade, um único grupo com o qual poderia contar ou até que não estaria inserido em nenhum grupo de amizades. Dentre todas essas falas, ele salientou a importância de sua ex-namorada, se preocupando com a maneira com a qual ela o vê, dizendo que ela *“falaria bem de mim, me descreveria de um jeito bom mesmo estando com raiva da minha cara”*.

Por fim, outra pessoa de grande importância para Matheus é sua amiga Julia – a qual aparenta agir como uma tutora de resiliência (Silva & Pessoa, 2020) para o adolescente. Ela é uma mulher casada, mais velha – cerca de 26 anos – que, segundo Matheus, o ajuda em diversas situações e o vê de uma maneira bastante positiva. Quando explicou como acredita que Julia falaria dele, Matheus disse:

*“Ela contaria que eu sou um moleque sonhador... Que tenho muitos objetivos para alcançar... Ela ia falar de todas as vezes que pensei em desistir mas não desisti, sabe? (...) Ela ia me descrever de uma maneira de um moleque sonhador, um moleque forte, uma pessoa que corre atrás, que sonha alto... Que quer o bem das outras pessoas... É*

*que tem umas palavras que é difícil de falar (...) Ela falaria que eu sou uma pessoa sensata, um moleque teimoso... Que para aprender tem que quebrar a cara... Tem que viver para aprender... Falaria que eu sou cabeça quente... Acho que ela falaria mil outras coisas que nem eu mesmo falaria de mim, (...) falaria um monte de coisa que eu não sei e acho que ela já me falou mas eu esqueci...”*

Com isso, Matheus afirmou que a pessoa com a visão mais precisa de sua identidade é sua amiga Julia. Quando explicou mais sobre a importância da tutora de resiliência em sua vida, trouxe memórias sobre como Julia o encorajou e aconselhou a ser quem ele é e disse que não seria quem é hoje se não fosse por suas palavras de incentivo e encorajamento.

***Ato infracional:*** Matheus contou que se envolveu em tráfico de drogas e descreveu que quando “*entrou no crime*”, Davi (seu irmão) também havia iniciado seu envolvimento, e passaram por esse processo juntos. Apesar disso, Matheus afirmou que nenhum dos dois incentivou um ao outro. Na verdade, as experiências dos irmãos coincidiram no mesmo momento. Sobre suas vivências, declarou sentimentos ambíguos mais uma vez, explicando que havia uma adrenalina em ver a movimentação financeira, mas que teve dificuldades interpessoais nas relações construídas no contexto infracional: mencionou a dificuldade de aceitação das diferenças no contexto do tráfico, ao que parece, por ser um menino transgênero. Apesar disso, citou que “*da mesma forma que tem uns manos safados, tem uns manos ‘mil grau’, ‘daora’, (...) de coração bom*” e relatou como algumas das pessoas na “*família do crime*” sofreram muito. Nesse tópico, Matheus atrelou esse sofrimento a uma revolta que “*impulsionaria*” o indivíduo ao ato infracional, em uma tentativa de esquecer os motivadores da revolta.

Apesar de admitir ter desenvolvido laços com outros adolescentes do tráfico, Matheus disse que não se envolve tanto com eles, explicando que o ato infracional teve lados positivos e negativos, mas, novamente, que ele próprio “*não é para o crime*”.

*“Eu não sou pro crime... Exatamente por ser o Matheus... Entendeu? Já é diferente... Nem todo mundo vai aceitar de braços abertos (...) nem toda a molecada lá vai aceitar de braços abertos... Vai ter muitos com preconceito ali (...) Preconceito guardado ali escondido... Aí fica um pouco mais difícil pra mim né (...) Eu estava me conhecendo assim, mas depois que eu entrei no crime sei lá... Tudo ficou mais confuso, tudo andou pra trás... Piorou tudo... Eu esqueci de quem eu era (...) Quase que eu esqueci também dos meus objetivos...”*

Matheus esclareceu que também teve envolvimento com tráfico devido a essa “*revolta*” que disse ser direcionada principalmente ao pai, elaborando sua indignação com a negligência paterna que ele acredita comum, em que os pais não fornecem o cuidado – em especial financeiro – que os filhos necessitam. Matheus expressou que não faria isso com ninguém. Além disso, incluiu sua indignação nas questões de classe social, sobre as quais disse que “[...] *bate uma revolta ver [...] pra quem tem ser mais fácil e pra quem não tem ser bem mais difícil*”.

Quando questionado sobre a opinião de seus amigos acerca do ato infracional, Matheus relatou que muitos veem de forma positiva, com comentários como “*Nossa, Matheus, você é louco, está lá traficando, mano?*”, ou até meninas que demonstraram atração por ele devido a essa experiência. Ele chegou a questionar se essa postura seria por acreditarem que o ato infracional em si é bom ou se atribui-se à postura confiante – “*agir como malandrão*” – dos adolescentes que cometem atos infracionais. Apesar disso, Matheus

crê que a maioria dos amigos não gostou de vê-lo envolvido com tráfico. Finalizou dizendo que já viu outros pares cometendo atos infracionais e que não vê problemas nisso, desde que não seja algo permanente e que eles continuem buscando seus sonhos e metas.

## **7. Discussão**

Um ponto inicial para compreender os dados sobre o participante é a importância de que sua transgeneridade seja levada em consideração durante o desenvolvimento do Plano de Atendimento Individual (PIA), que versa acerca das medidas socioeducativas. O artigo 35 da Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) indica o direito à individualidade do adolescente no sistema (Barros, 2018), o que exigiria o delineamento de estratégias particulares e específicas para o adolescente. Todavia, são escassos estudos empíricos sobre como delinear as medidas socioeducativas para pessoas trans, o que certamente implica em ações universalizantes e descontextualizadas.

Persiste, no sistema socioeducativo, uma discussão fundamentada na lógica binária, atrelando as ações socioeducativas em razão do sexo biológico (masculino e feminino) em detrimento das relações de gênero. Por exemplo, Fraga e Rosa (2017) apresentaram um estudo de caso em que uma menina trans precisou passar por suas medidas socioeducativas em uma instituição designada para meninos cisgênero, baseado no sexo biológico. Entretanto, a divisão baseada em sexo é, segundo Butler (*apud* Rodrigues, 2005), limitante e biologizante, de forma que o sujeito deve ser visto como único em sua construção social de sexo-gênero.

Tendo isso em mente, mesma que haja circunstâncias de sucesso, como a observada no estudo de caso de Barros (2018), percebe-se que o Estado possui aparatos bastante limitados para amparar essa população, seja em privação de liberdade ou em qualquer outra medida socioeducativa, devido à falta de conhecimentos e políticas públicas específicas. Assim, é

restrito o alcance dos profissionais que buscam trabalhar e auxiliar os adolescentes nesse contexto, o que repercute na dificuldade e em um estigma adicional para a socioeducação de adolescentes trans envolvidos em atos infracionais. Assim, os estigmas acerca da transgeneridade na medida socioeducativa se somam aos do ato infracional e interferem na perspectiva de futuro e qualidade de vida dos sujeitos em cumprimento de medidas, potencializando processos de exclusão e vulnerabilidade (Fraga & Rosa, 2017).

Quando Matheus fala sobre a procura de “uma vida melhor”, revela-se a importância de uma ascensão social, da obtenção de um emprego, do fortalecimento de suas redes de apoio, de autoestima e autonomia (Pinheiro & Monteiro, 2007 *apud* Gutierrez, 2020). Nesse sentido, os profissionais envolvidos nas medidas socioeducativas devem estar atentos às “marcas” sociais que uma pessoa trans carrega e que se robustecem por terem cometido algum tipo de ato infracional.

Segundo White Hughto, Reisner e Pachankis (2015), pessoas trans possuem menores chances de dinamismo social, pois têm menor acesso a empregos devido ao preconceito e estigmatização (*apud* Gutierrez, 2020). Esse preconceito está inserido em um ciclo de discriminação que exclui, simbólica e materialmente, essa população (Silva, 2000 *apud* Gutierrez, 2020). Colaborando com esses estudos, a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) indicou que 90% dessa população adquire renda através da prostituição e do trabalho sexual, um dado que alerta para as baixas taxas de emprego regular e a natureza insalubre e exploratória dos trabalhos mais acessíveis ao grupo (Gutierrez, 2020; Fraga & Rosa, 2017). Portanto, a baixa empregabilidade de pessoas trans, somado aos processos discriminatórios e excludentes, podem tornar algumas atividades infracionais (como o tráfico) atrativas para esses adolescentes.

Com o objetivo de sanar estas situações emblemáticas, é necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas, sendo responsabilidade do Estado corrigir o acesso ao

emprego digno da população trans. Nessa direção, há dois programas que buscam atingir estes objetivos: o programa “Brasil, Gênero e Raça” (Moura, 2015, p. 84), que não propõe diálogo com a população-alvo e falha em interagir com os beneficiários conforme suas necessidades particulares; e o programa TransCidadania (São Paulo, 2020), que parece mais promissor, mas que só existe no município paulistano (*apud* Ramos, Alves, Garcia & Ramos, 2021).

Os direitos da população trans são, inclusive, negados em vários espaços. Há, por exemplo, o Projeto de Lei – PL - nº 1042/2019, que tem o objetivo de proibir reserva de vagas em concursos e universidades através do sistema de cotas para a população trans e intersexo no estado do Rio de Janeiro (Amorim, 2019). Em contrapartida, o PL - nº 812/2019 busca articulação entre sociedade civil e empresas através da reserva de até 5% das vagas para a população trans – com a vantagem de incentivos fiscais às empresas que aderirem (Souza, 2019). Consta-se, desse modo, que mesmo no âmbito político, ainda existem discursos e práticas conservadoras, retrógradas e que servem como um desserviço para a população trans.

Além das questões sociais que atingem de forma contundente o bem-estar das pessoas trans, o estigma do ato infracional cometido também colabora com as dificuldades empregatícias. Isso ocorre, entre outros aspectos, por haver ainda uma lógica punitiva no sistema socioeducativo e na sociedade de forma geral. Assim, considera-se que é função do Estado criar políticas sociais e ações que compreendam o papel educativo da socioeducação (Fraga & Rosa, 2017), incluindo quando os atos infracionais são cometidos por pessoas trans.

É importante pontuar que os adolescentes envolvidos em atos infracionais, majoritariamente, possuem histórico de exclusão social que se inicia precocemente através de experiências como desamparo familiar, exploração sexual ou evasão escolar (Silva, Pereira & Matos, 2021). Tais ocorrências também são comuns para a população trans, o que sugere formas “duplicadas” de violação de direitos: por ser trans e por ter cometido ato infracional.

Na cultura ocidental é de extrema relevância a relação dos adolescentes com a escolas, mas muitos adolescentes que se envolvem em atos infracionais precisam trabalhar informalmente, o que interfere no desempenho e na permanência nas instituições escolares. Apesar de os adolescentes relatarem que acreditam na importância da educação para a inserção no mercado de trabalho, em muitos casos é observável o abandono escolar, analfabetismo funcional ou defasagem no aprendizado, por exemplo (Lourenção, 2015 *apud* Leão, Petruceli & Alves, 2020), o que também é comum na população trans. Assim, essa população perde oportunidades de profissionalização e de formação educacional completa, precarizando a inserção em condições laborais. Por isso, é de suma importância que as medidas socioeducativas investiguem as circunstâncias do adolescente e auxiliem na profissionalização para reinserção social e confronto dos estigmas (Junqueira & Jacoby, 2006 *apud* Leão, Petruceli & Alves, 2020).

Em outro ponto de discussão, quando Matheus falou sobre si mesmo, ele apresentou uma perspectiva bastante positiva e trouxe descritores e adjetivos que indicaram uma percepção boa de si. Assim, apesar de diversos estudos indicarem os possíveis efeitos negativos das experiências sociais de pessoas trans, o presente estudo revelou a percepção de atributos positivos que o adolescente identifica em si próprio. Argumenta-se, assim, a favor de novos estudos que busquem aspectos de potencialidades, resiliência e promoção de saúde, complementando as investigações sobre as dificuldades da vida e experiências marcadas unicamente por estigmas, defasagens e supostas patologias.

Selingman (2002) indica que esse era um objetivo inicial da psicologia, que passou a enfatizar a cura de doenças mentais e transtornos a partir da Segunda Guerra Mundial (*apud* Simão, 2017). Constata-se um “excesso” – mesmo considerando que há certa escassez de estudos sobre essa população – de temáticas negativas na literatura da área. É necessário retomar uma visão holística do indivíduo, reconhecendo suas vivências adversas, mas também

identificando suas potencialidades, levando à uma compreensão mais integral e realista das trajetórias de vida de adolescentes trans que cometeram atos infracionais (Baptista, 2017; CFP, 2013 *apud* Baptista, 2017; Paula & Koller, 2007 *apud* Simão, 2017)

Por outro lado, Matheus também trouxe, em um único momento, palavras bastante emblemáticas em sua fala, se autodescrevendo como “*sistemático, neurótico, psicótico, às vezes um pouco psicopata*”, o que pode indicar que ele enxerga em si próprio uma condição desviante e patológica. É possível que isso seja um efeito da heteronormatividade, que impõem, às pessoas trans, marcadores discriminatórios e patologizantes (Silva & Gonçalves, 2017 *apud* Silva, Pereira & Matos, 2021). Silva, Pereira e Matos (2021) explicam que adolescentes que se diferem da cultura binarista enfrentam marcas que ocultam suas características e invalidam suas subjetividades, tornando-os sempre o “Outro”, um comparativo.

Isso também pode ser a causa da insegurança do participante em demonstrar suas características para as pessoas que conhece, algo que pode ocorrer por influências de estratégias heteronormativas que buscam interditar subjetividades “desviantes” (Silva & Azevedo, 2020). Assim, quando Matheus explica que tem medo de se mostrar como é, pode, na verdade, estar agindo segundo regras sociais impostas e que regulam seus comportamentos e falas (Foucault, 1999 *apud* Silva & Azevedo, 2020). A heteronorma, que caracteriza arbitrariamente “subjetividades desviantes e patológicas”, utiliza estratégias que vão desde as micro-agressões, recorrentes na trajetória cotidiana da transgeneridade, até violências institucionalizadas, instauradas na igreja, família e na sociedade em geral (Silva & Azevedo, 2020).

Similarmente à pesquisa de Pessoa (2015), o presente estudo identificou que a relação do participante com a figura paterna sempre foi bastante conturbada e marcada por inúmeros episódios de violência. Por outro lado, também em consonância com a pesquisa de Pessoa

(2015), o participante demonstrou nutrir um relacionamento satisfatório e positivo com sua mãe – apesar de ainda apresentar conflitos –, o que sugere que se trata de uma pessoa de referência para o adolescente. A relação com o irmão, apesar de também ser permeada por alguns conflitos, parece favorecedora ao desenvolvimento do adolescente, especialmente quando Matheus o identifica como seu melhor amigo. Nesse sentido, a relação positiva com a mãe e com o irmão colabora no rompimento de visões estereotipadas de que as famílias de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são, sempre, conflituosas e prejudiciais aos adolescentes.

Além disso, Matheus falou bastante sobre diversas pessoas que o auxiliaram em diferentes momentos de sua vida, agindo como uma rede de apoio importante. Assim, entende-se que ele teve, na família, em um projeto social que frequentou na infância e em outros relacionamentos – como sua amiga Julia e a ex-namorada –, apoio afetivo que trouxe qualidade às suas relações e manutenção aos vínculos que tem (Bronfenbrenner, 1979/1996 *apud* Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006). Mais especificamente, Julia e a ex-namorada tiveram um papel significativo em como Matheus se vê atualmente, agindo, aparentemente, como tutoras de resiliência, ou seja, pessoas que, através do relacionamento afetivo, auxiliaram no desenvolvimento sadio do adolescente (Cyrulnik, 2005 *apud* Sequeira & Stella, 2015).

Considera-se primordial que as medidas socioeducativas contribuam com a formação, estabilização e fortalecimento de redes de apoio para os adolescentes. Isso pode ser ainda mais relevante para adolescentes trans, que enfrentam segregação e marginalização duplamente, e podem relatar relações interpessoais mais instáveis ou defasadas. O desenvolvimento das redes de apoio contribue para o “aumento da competência individual, que reforça a autoimagem e a autoeficácia necessárias para alcançar um objetivo” (Garmezy e Masten, 1994 *apud* Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006).

Também é de suma importância avaliar as funções que o ato infracional ocupa na vida dos adolescentes. Matheus mencionou, por exemplo, que sentia “adrenalina” quando estava envolvido no tráfico. É possível que o envolvimento com o ato infracional esteja relacionado à necessidade de obtenção de recursos, mas também à falta de acesso a ambientes de educação, saúde e lazer, algo que o torna mais vulnerável (Araújo, 2013 *apud* Leão, Petruceli & Alves, 2020; Barry, 2006).

Ao discorrer sobre suas motivações para se envolver no tráfico de drogas, Matheus responsabiliza frequentemente o pai, mas também apresenta consciência da desigualdade social que marca sua trajetória. Silva e Oliveira (2015) indicam que a pauperização da vida dos adolescentes e suas famílias são mecanismos que mantêm a opressão, priva-os de direitos fundamentais e, de certa forma, “estimula” o ato infracional (Cabral & Sousa, 2004), responsabilizando-os e abstando o Estado de seu papel. Logo, assim como elaborado na introdução dessa pesquisa, a desvantagem social influencia o surgimento de comportamentos considerados socialmente desadaptativos e antissociais (Pessoa, 2015; Tomry, 2006 *apud* Silva & Oliveira, 2015).

Em relação às experiências com o tráfico de drogas que Matheus teve, é possível identificar que ela foi afetada pela identidade de gênero do adolescente. Apesar de nunca ser tão explícito sobre ser trans, ele aponta que sofreu preconceitos e lidou com pares que não estavam dispostos a aceitá-lo como é. Indubitavelmente, é relevante, social e cientificamente, que sejam realizados estudos que investiguem a experiência transmasculina e sua interface com o ato infracional na adolescência, algo que é praticamente inexistente na literatura nacional (Baptista, 2017). Levanta-se como hipótese que meninos trans sofram preconceitos e estigmas por não cumprirem um ideal de masculinidade, devido à perspectiva biologizante e à maneira como seus corpos são vistos (Silva, Pereira & Matos, 2021).

## **8. Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa foi, por intermédio de um estudo de caso, analisar o contexto de vida de um adolescente trans que cumpria medida socioeducativa em meio aberto. Os resultados permitiram o desenvolvimento de análises e reflexões sobre a necessidade de mais pesquisas sobre transgeneridade, adolescência e ato infracional – especialmente considerando suas intersecções. Estudos com estes recortes poderão subsidiar a comunidade científica, mas sobretudo as ações interventivas que ocorrem no âmbito das políticas públicas. A literatura disponível no campo das ciências psicológicas foca, majoritariamente, a população trans de mulheres e travestis, com recortes mais direcionados para os fatores de risco e processos de adoecimento e sofrimento psíquico destes grupos. Alerta-se, desse modo, para a urgência e imprescindibilidade de investimentos acerca do tema da transmasculinidade e sua relação com o ato infracional e com as medidas socioeducativas.

Tal como já postulado em estudos anteriores, esta pesquisa também identificou a desigualdade social, dificuldades de acessibilidade a políticas públicas e falta de recursos para a promoção de desenvolvimento – emocionais, sociais e materiais. Esse contexto precário torna a vida de adolescentes trans que cumprem medidas socioeducativas árduo e permeado por inúmeros desafios.

Sugere-se que estudos futuros invistam no recrutamento de mais participantes, bem como analisem, de forma pormenorizada, como as pessoas trans se inserem em atos infracionais e qual o significado, subjetivo e social, que estas atividades adquirem em suas vidas. Similarmente, novas investigações podem revelar como se dão os processos de discriminação e preconceito das pessoas trans em relação aos demais adolescentes que cometem atos infracionais, tanto quando estão engajados em atividades ilícitas quanto quando estão cumprindo as medidas socioeducativas.

Outra questão de extrema relevância, como previsto na hipótese inicial, são as relações interpessoais paradoxais que o adolescente estabeleceu – em especial na dinâmica familiar –, os tutores de resiliência e certa instabilidade na rede de apoio afetiva e social. Essas características aparentemente se repetem nos contextos de outros sujeitos trans, especialmente quando envolvidos em ato infracional. Tais temáticas, quando esmiuçadas, podem contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais assertivas no campo da saúde, educação e assistência social.

A partir dos elementos identificados neste estudo e das conclusões tomadas ao longo da pesquisa, nota-se que há um caminho importante a trilhar para reduzir a invisibilidade de meninos trans que cumprem medidas socioeducativas. Os estigmas da adolescência, da transgeneridade e do ato infracional devem ser explorados cientificamente e desmistificados no imaginário social. Com isso, acredita-se que será possível desenvolver medidas socioeducativas que influenciem positivamente o desenvolvimento destes sujeitos e reduzam as condições sociais que mantêm a desigualdade social e violências perpetradas contra essa população.

### **Referências bibliográficas**

- Amorim, R. (2019). PROJETO DE LEI nº 1042/2019. ALERJ - Assembleia Legislativa Estadual Do Rio De Janeiro. Acessado 29 de março de 2023, em [http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c34db\\_a23af948f67832584550067e5e7?OpenDocument&Highlight=0,PROÍBE,RODRIGO,A MORIM](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c34db_a23af948f67832584550067e5e7?OpenDocument&Highlight=0,PROÍBE,RODRIGO,A MORIM)
- A Obra – Salesianos – São Carlos – SP. (n.d.). Acessado 6 de agosto de 2022, Salesianos São Carlos. <https://salesianosp.org.br/ossaocarlos/obra/>

- Baptista, G. T. (2017). BEM-ESTAR DE PESSOAS TRANSEXUAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA POSITIVA.
- Barros, L. R. (2019). A observância do princípio da proteção integral quando do cumprimento de medida socioeducativa de internação por adolescentes transexuais no município de Salvador.
- Barry, M. (2006). Introduction. *Youth offending in transition: The search for social recognition*. Routledge, 1-11.
- Bauman, K. E., & Ennett, S. T. (1996). On the importance of peer influence for adolescent drug use: Commonly neglected considerations. *Addiction*, 91(2), 185-198.
- Bock, A. M. B., & Liebesny, B. (2003). Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*, 203-222.
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. sage.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Brown, B. B., & Lohr, M. J. (1987). Peer-group affiliation and adolescent self-esteem: An integration of ego-identity and symbolic-interaction theories. *Journal of personality and social psychology*, 52(1), 47.
- Cabral, S. H., & Sousa, S. M. G. (2004). O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. *Psicologia em revista*, 10(15), 71-90.

- Clasen, D. R., & Brown, B. B. (1985). The multidimensionality of peer pressure in adolescence. *Journal of youth and adolescence*, 14(6), 451-468.
- da Silva, F. V., & de Azevedo, M. P. (2020). “AFINAL, O QUE HÁ DENTRO DO ARMÁRIO?”: RELAÇÕES DE PODER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM DISCURSOS DE GAYS NÃO ASSUMIDOS. *Revista Interfaces*, 11(03), 117-131.
- Federal, G. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, 8.
- Fraga, L. L., & Rosa, L. C. (2017). A (IN) VISIBILIDADE TRANSEXUAL ANTE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: UM OLHAR AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANGELO-RS. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 3(2).
- Guest, G., MacQueen, K. M., & Namey, E. E. (2012). Introduction to applied thematic analysis. *Applied thematic analysis*, 3, 20.
- Gutierrez, S. M. (2020). Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: desafios e perspectivas de ação.
- Leão, A. A., Petruceli, I. G., & Alves, S. C. A. A EXPECTATIVA PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL. DESAFIOS E OPORTUNIDADES ATUAIS DO TRABALHO E DA CARREIRA, 63.
- Liebenberg, L., Jamal, A., & Ikeda, J. (2020). Extending youth voices in a participatory thematic analysis approach. *International Journal of Qualitative Methods*, 19, 1609406920934614.
- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (1987). *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding*. New Science Library/Shambhala Publications.

- McAdams, D. P. (1995). What do we know when we know a person?. *Journal of personality*, 63(3), 365-396.
- Michael, K., & Ben-Zur, H. (2007). Risk-taking among adolescents: Associations with social and affective factors. *Journal of adolescence*, 30(1), 17-31.
- Michell, L., & West, P. (1996). Peer pressure to smoke: the meaning depends on the method. *Health education research*, 11(1), 39-49.
- Nascimento, F. K. (2019). *Crianças e adolescentes transexuais brasileiros: atributos associados à qualidade de vida* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Nicácio, C. S., & Vidal, J. S. (2016). Adolescentes travestis e transexuais em conflito com a lei: a emergência de novas reivindicações. *Cadernos de Gênero e Diversidade*.
- Ozella, S. (2003). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*, 17-40.
- Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1990). Adolescents and their peer groups: A study on the significance of peers, social categorization processes and coping with developmental tasks. *Social Behaviour*, 5(1), 33-48.
- Pessoa, A. S. G. (2015). Fundamentos teóricos sobre resiliência e do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas. Trajetórias negligenciadas: processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas.
- Pessoa, A. S. G., Rosa, E. M., Alberto, M. F. P. (2020). Notas Introdutórias Sobre o Atendimento Socioeducativo no Brasil: Lacunas e Olhares Prospectivos para o Futuro de Adolescentes. Atendimento psicossocial de adolescentes em conflito com a lei, 5-14.

- Pessoa, A. S. G., Rosa, E. M., Alberto, M. F. P. (2020). Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária como Recursos para Qualificar o Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. *Atendimento psicossocial de adolescentes em conflito com a lei*, 32-52.
- Ramos, C. C., Alves, A. L. J., Garcia, C. V. & Ramos, J. F. D. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGABILIDADE DE TRANSEXUAIS: DESAFIOS ATUAIS DA INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL. CORPO EDITORIAL, 84.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2015). Tutores de resiliência: Intervenção com educadores de abrigos. *INFORME ECONÔMICO (UFPI)*, (32), 135-160.
- Silva, A. L., Pereira, A. L. F., & Matos, G. H. D. (2021). O impacto do cumprimento da medida socioeducativa de internação na subjetividade de adolescentes trans.
- Silva, E. R. A., & Oliveira, R. M. D. (2015). O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários.
- Simão, G. F. (2017). Vivência de transexuais e suas potencialidades humanas.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell-Aglio, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 40(2), 149-158.
- Souza, R. (2019). PROJETO DE LEI nº 812/2019. ALERJ - Assembléia Legislativa Estadual Do Rio De Janeiro. Acessado em 29 de março de 2023, em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ac25173efc7c1b49832584240055d59a?OpenDocument&Highlight=0,812,RENATA,SOUZA>
- Ungar, M. (2004). *Nurturing hidden resilience in troubled youth*. University of Toronto Press.

Ungar, M. T. (2000). The myth of peer pressure. *Adolescence*, 35(137).

Yin, R. K. (2005). Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Bookman editora.

## ANEXO A

### ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

1. Quem são as pessoas significativas para você e que influenciaram a sua vida?
2. Como as pessoas ao seu redor te enxergam ou descrevem? Qual descrição você acha que é mais verdadeira?
3. Como a sua família influencia você e sua vida?
4. E como seus amigos influenciam você?
5. Como você acha que a escola influencia em quem você é?
6. E o Salesiano?
7. Para você, o que é ser um adolescente?
8. Como você se define? Como você responde quando alguém te pergunta “quem é você”?
9. Quantos grupos de amigos você tem? Com qual deles você mais se identifica? Porque?
10. Qual é a atividade ou a característica que mais te aproxima dos seus amigos?
11. E qual a atividade/característica que mais te distancia deles?
12. Você pode falar mais sobre a sua relação com o seu melhor amigo?
13. Quais foram / são os amigos mais importantes e que tiveram influência na sua vida?
14. Você sabe é o que ato infracional? [Caso o adolescente não saiba, explicar, de forma objetiva, do que se trata]
15. Quais atos infracionais você já cometeu?
16. Porque você acha que você cometeu esses atos infracionais?
17. Quem estava com você?
18. O que seus amigos pensam / dizem sobre o ato infracional que você cometeu?

19. Seus amigos já cometeram atos infracionais? O que você pensa sobre isso?